



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.415-A, DE 2011 **(Do Sr. Carlos Bezerra)**

Dispõe sobre a suspensão e o cancelamento da inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF), administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. IZALCI LUCAS).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A suspensão ou o cancelamento, de ofício, da inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) será precedido de notificação ao sujeito passivo.

Parágrafo único. Na notificação, a Secretaria da Receita Federal do Brasil informará as razões pelas quais a inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) será suspensa ou cancelada, concedendo um prazo de trinta dias para o sujeito passivo adotar as providências que se fizerem necessárias para evitar a suspensão ou o cancelamento da inscrição.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há muito tempo a Administração Tributária instituiu o CPF – Cadastro das Pessoas Físicas, no interesse do Fisco.

O “*número de inscrição*” no CPF, com o passar dos anos, adquiriu imensa importância, sendo atualmente exigido para a prática de quase todos os atos da vida civil.

Por esse motivo, qualquer pessoa física que tenha a sua inscrição no CPF suspensa ou cancelada enfrentará grandes transtornos. No caso, embora a suspensão ou o cancelamento seja uma medida administrativa, adotada no gerenciamento de um cadastro de interesse das Administrações Tributárias, suas conseqüências extravasam o âmbito do relacionamento entre o contribuinte e o Fisco, alcançando os atos da vida cotidiana da pessoa atingida.

O peculiar prestígio que o CPF – Cadastro de Pessoas Físicas angariou, converteu-o, praticamente, em elemento de identificação civil. Tendo em vista que a suspensão ou o cancelamento da inscrição no CPF afeta o exercício normal de atos triviais da vida civil, impõe-se que a Administração Tributária notifique previamente o sujeito passivo antes de adotar tais medidas.

Por esse motivo, estou apresentando o presente projeto de lei, que estabelece a notificação prévia ao sujeito passivo, antes da suspensão ou do cancelamento da inscrição no CPF. A proposição determina que a Administração Tributária, ao notificar o administrado, informará as razões pelas quais a inscrição no CPF será suspensa ou cancelada, concedendo um prazo de trinta dias para o

administrado adotar as providências que se fizerem necessárias para evitar a adoção de qualquer dessas medidas administrativas.

A notificação prévia ao administrado é ato indispensável, pois, além de evitar que a suspensão ou o cancelamento decorra de eventual erro da Administração, permite ao administrado adotar as providências necessárias para sanar o problema.

Tendo em vista que a proposição visa a aperfeiçoar a legislação tributária, revelando-se conveniente tanto para a Administração Tributária como para o sujeito passivo, estou certo de que a proposição contará com os votos favoráveis dos Membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2011.

Deputado CARLOS BEZERRA

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.415, de 2011, de autoria do Deputado CARLOS BEZERRA, propõe que a suspensão ou o cancelamento, de ofício, da inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) seja, necessariamente, precedida de notificação a ser enviada ao sujeito passivo pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), informando-lhe as razões para tal ato e concedendo-lhe prazo de trinta dias para que adote as providências necessárias para evitá-lo.

Segundo o autor, a notificação prévia ao administrado é ato indispensável, pois, além de evitar que a suspensão ou o cancelamento decorra de eventual erro da Administração, permite ao contribuinte adotar as providências necessárias para sanar eventuais problemas.

O feito vem a esta Comissão, na forma do Regimento, para verificação prévia da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, seguida da apreciação do mérito.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) determinam que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que outras normas pertinentes à receita e despesa públicas também nortearão tal exame, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O § 1º do art. 1º da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do projeto, observa-se que ele trata de matéria de caráter essencialmente normativo, veiculando regras relativas à administração de cadastro fiscal, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União, uma vez que a administração tributária já possui dotações para a realização das suas atividades corriqueiras e que não serão impactadas.

Nesses casos, aplica-se o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Ademais, o § 2º do art. 1º da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma ou seu conteúdo.

No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

Quanto ao mérito do projeto, ele nos parece inegável. Com efeito, a proposta, sem dificultar ou impossibilitar a atuação da Administração Tributária, apenas exige que, dentro de certo prazo, sejam comunicadas ao contribuinte as

razões encontradas pelo Fisco para querer suspender ou cancelar, de ofício, sua inscrição no CPF. Simultaneamente, concede ao sujeito passivo uma oportunidade para, dentro de um prazo razoável, provar à RFB que sua inscrição não há de ser suspensa ou cancelada, evitando que atividades cotidianas, como abrir uma conta corrente de depósitos ou contrair um empréstimo bancário, tornem-se, repentinamente, mais difíceis ou inviáveis.

Pelo exposto, o voto é pela não implicação em matéria financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.415, de 2011, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do referido projeto; e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.415, de 2011.

Sala da Comissão, em 4 de julho de 2018.

Deputado IZALCI LUCAS

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.415/2011; e, no mérito, pela aprovação, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Izalci Lucas.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Renato Molling - Presidente, Alfredo Kaefer - Vice-Presidente, Carlos Melles, Edmar Arruda, Elizeu Dionizio, Enio Verri, João Paulo Kleinübing, José Guimarães, Leonardo Quintão, Luiz Carlos Haully, Marcus Pestana, Newton Cardoso Jr, Soraya Santos, Vicente Candido, Carlos Andrade, Carlos Henrique Gaguim, Celso Maldaner, Christiane de Souza Yared, Covatti Filho, Eduardo Cury, Esperidião Amin, Fausto Pinato, Gilberto Nascimento, Izalci Lucas, Jerônimo Goergen, Jony Marcos, Jorginho Mello, Keiko Ota, Laercio Oliveira, Rodrigo Martins e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2018.

Deputado RENATO MOLLING
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
